

Quércia culpa Ulysses por esfacelamento da Aliança

Brasília - José Varella

São Paulo — A permanência do deputado Ulysses Guimarães na presidência do PMDB está contribuindo para o esfacelamento da Aliança Democrática, aprofundando as divergências entre o partido e o PFL. A advertência é do governador Orestes Quércia: "As dificuldades de nosso relacionamento com o PFL na Constituinte são um exemplo de como o PMDB vem sendo prejudicado com a falta de comando de um presidente titular", alertou.

O ataque frontal de Quércia ao acúmulo de cargos por parte de Ulysses Guimarães está ligado diretamente à conversa que manteve no final de semana com o presidente José Sarney, na fazenda do empresário Mathias Machline. Durante a conversa, segundo Quércia, o presidente defendeu a manutenção da Aliança Democrática, pois considera essencial o apoio do PMDB e do PFL ao governo, especialmente na atual fase de turbulência na área econômica.

Quércia, que hoje estará em Brasília para uma audiência com Sarney, acompanhado de líderes da Frente Municipalista Nacional — dispostos a reivindicar uma reforma tributária de emergência —, vai também conversar com o deputado Ulysses Guimarães. Não pretende, porém, pedir a ele que se afaste da presidência do partido: "Isso é coisa que a gente fala pela imprensa. Pessoalmente é muito constrangedor."

Apesar da relutância do deputado Ulysses Guimarães em abrir mão da presidência do partido, Quércia acredita que, no final, ele poderá ser convencido por outras lideranças do PMDB: "Com jeito vai dar para chegarmos a um entendimento. O que não pode é continuar como está."

Reunião do PMDB pode aguçar disputa interna

Brasília — A recomposição de forças dentro do PMDB, resultante da eleição do senador Mário Covas, para líder do partido na Constituinte, deverá refletir na próxima reunião da executiva nacional, marcada para terça-feira, quando será deflagrada a discussão interna sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, a crise econômica e a posição do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, diante das críticas dos setores empresariais. Apesar da importância desses temas, grande parte da reunião será dedicada à polémica sobre a permanência ou não dos governadores Pedro Simon (RS) e Miguel Arraes (PE) nos cargos, respectivamente, de 1º e 2º vice-presidentes do partido.

A discussão ultrapassa as filigranas jurídicas e ganha um sentido estritamente político, na medida em que as renúncias de Simon e Arraes abririam uma luta entre o deputado Ulysses Guimarães e o grupo liderado pelos senadores Mário Covas e José Richa pela hegemonia no comando do PMDB. Apesar dos dois governadores serem identificados ideologicamente com a facção vitoriosa, rotulada de progressista, a permanência deles na executiva — através de um pedido formal de licença, que impediria o preenchimento de seus cargos — passou a não interessar ao grupo de Covas.

Contra a parede

Arraes mantém-se irredutível e adverte que não vai renunciar ao cargo, alegando que a legislação partidária — que impede o presidente da república e os ministros de estado, governadores, secretários estaduais e prefeitos, de exercerem funções diretas nos partidos — "é totalmente ultrapassada". Simon, de sua parte, argumenta que, até ontem, pensava em renunciar, mas desistiu para não entrar em confronto com a posição de Arraes, a quem é intimamente ligado.

Posição mais delicada é a de Ulysses. Ele não ignora que, embuída nessa discussão, está um movimento contra a acumulação de cargos (Ulysses preside a Constituinte, a Câmara dos Deputados e o PMDB) — principal bandeira do discurso com que Covas o derrotou. Mas o grupo do líder pedemebista adotou nova tática: não concentrará mais suas baterias em cima do afastamento de Ulysses da presidência do PMDB, até porque ele próprio advertiu que, se sair sob pressão, deixará a impressão de que aceita a pecha de derrotado.

"A questão agora é colocar o Dr. Ulysses contra a parede", resumiu um integrante do grupo, para quem será muito difícil o deputado optar entre a renúncia e licença dos governadores. Enfraquecido, interpretam seus adversários, Ulysses, que na intimidade defende a permanência dos governadores por ter neles fortes aliados, ficará mais ainda desgastado se aceitar que, mais uma vez, o PMDB recorra a casuísmos para burlar a lei, como ocorreu em sua reeleição para a presidência da Câmara.

Junto com Ulysses, porém, Arraes sairá desgastado do episódio, por defender a permanência em um cargo, que seguramente não vai poder exercer — seu mandato de 2º-vice-presidente do PMDB termina em abril do próximo ano, quando ainda não terá completado nem um ano de governo. A lei que impede a acumulação de funções executivas e partidárias é clara, mas sua interpretação pelo Tribunal Superior Eleitoral é flexível, pois deixa ao interessado a decisão.

Além de política, a questão passa a ser moral, na avaliação de setores do PMDB. Arraes concorda que, se exercesse o cargo de presidente, deveria sair e não se licenciar. Com isso, ele decreta a inocuidade do próprio cargo para o qual foi eleito no PMDB. Mesmo assim, insiste em permanecer na 2ª-vicepresidência, alegando que dela precisa para expressar sua liderança dentro do partido.



Prefeitos e vereadores correm para tirar foto ao lado de Covas e formam filas para cumprimentá-lo

PFL defende no Senado 6 anos para Sarney

Brasília e São Luís — A bancada do PFL no Senado — 20 dos 72 senadores — divulgou nota oficial favorável à manutenção do mandato de seis anos para o presidente José Sarney. Os senadores pefelistas argumentam que o direito de Sarney de cumprir até o final o mandato que lhe foi conferido pelo Colégio Eleitoral, juridicamente, é o mesmo assegurado aos demais detentores de cargos eletivos: deputados estaduais e federais, senadores, governadores, prefeitos e vereadores. "Esta é a posição que tomamos desde logo e que defenderemos no curso dos debates e votação da nova Constituição da República", diz o documento.

A nota, divulgada após uma reunião da bancada que discutiu as negociações com o PMDB em torno dos cargos da mesa da Constituinte, pela manhã, afirma que o tempo de permanência de Sarney no Planalto "transcende a duração do mandato do atual chefe de Estado porque abrange um universo rigorosamente maior: o princípio da intocabilidade do exercício de mandatos eletivos constitucionalmente assegurados". Segundo os senadores pefelistas, o mandato de Sarney é "insuscetível de questionamento" e configura "uma situação jurídica definitivamente esclarecida".

Os senadores Guilherme Palmeira (AL) e Marcondes Gadelha (PB) afirmam que essa posição não apenas reconhece o direito jurídico do presidente de cumprir até o final seus seis anos de mandato, como não reconhece na Constituinte o poder de, através de um projeto de decisão, antecipar qualquer julgamento sobre tal matéria.

Estados opinarão

Presidentes de assembleias legislativas de estados do Norte e Nordeste vão se reunir em São Luís, em abril, antecipando a posição que a União Parlamentar Interestadual (UPI) tomará em Manaus, sobre a duração do mandato do presidente José Sarney. A informação é do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Ricardo Murad (PFL).

Murad informou ainda que um documento sobre a pauta da reunião de São Luís será distribuído a todas as lideranças partidárias das duas regiões. Entre os temas estão: autonomia dos estados e municípios; fortalecimento do Poder Judiciário com a agilização da Justiça; e transformação das assembleias estaduais em órgãos fiscalizadores do Executivo, especialmente na aplicação de recursos orçamentários em áreas prioritárias como saúde e educação.

O presidente da Assembleia maranhense acha que seu conterrâneo Sarney deve governar por seis anos. "Se os constituintes pretendem reduzir o mandato do presidente, numa discussão puramente de interesses, por que não aplicam também a lei no caso da definição de seus próprios mandatos, já que os atuais deputados são garantidos por uma constituição herdada do período autoritário?"

Prefeitos aclamam Covas como candidato à sucessão

Brasília — O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, foi aclamado como autêntico presidenciável pelos prefeitos e vereadores que discutiam a reforma tributária no auditório Petrólio Portella, no Senado. A partir do instante em que Covas chegou, cerca de duas e meia da tarde, todos se acotovelam para tirar uma foto a seu lado. Um batalhão de fotógrafos de ocasião disputava ângulos, enquanto formavam-se filas para cumprimentar o senador e pedir-lhe informações e favores.

Anunciada sua presença, as palmas que o saudaram suplantaram, por exemplo, as dirigidas a seu colega de estado, Fernando Henrique Cardoso. No caminho de volta até a entrada do auditório, num plenário com mais de mil pessoas, Covas exibiu seu estilo informal: "Ó, Nem, tá tá bão?", "Como é que tá a Guiomar?, dá um abraço pra ela", ia dizendo o senador entre um abraço e uma foto. De vez em quando, uma estratégica parada para uma conversa e novo ajuntamento:

— Lá em São Paulo, fizemos um aterro tão rápido que o pessoal pensou que fosse alguma coisa clandestina — disse ao prefeito de São Bernardo do Campo (SP), que se identificou como "Senhor Araão" e dispensou os fotógrafos: "Não preciso disso, sou amigo pessoal dele". Quando diante dos refletores e flashes, Mário Covas respondeu a perguntas de jornalistas da capital e do interior do país. Falou da reforma tributária, mesa da Câmara, do mandato do presidente e não perdeu a chance:

— Não acho que só a executiva do partido deva discutir a questão do mandato. Essa é uma discussão do partido todo. Aqui, por exemplo, tá cheio de pedemebistas", disse apontando à sua volta.

— Muito bem, muito bem, ele é o meu

Planalto teme avanço da esquerda

Vanda Célia

Brasília — O presidente José Sarney está inquieto e preocupado com o estilo de liderança que o senador Mário Covas tem revelado na Constituinte. O Planalto considera esquerdistas alguns dos nomes sugeridos por Covas para comandar as comissões que elaborarão os capítulos da nova Constituição. Um dos ministros próximos ao presidente conta que ele se queixou da indicação do senador Severo Gomes (PMDB-SP) para relator da Comissão da Ordem Econômica. O presidente gostaria de ver no lugar um político de centro.

Com o objetivo de bloquear novas soluções de esquerda — segundo a expressão de um ministro próximo a Sarney —, trabalham os ministros Marco Maciel (Gabinete Civil), Jorge Bornhausen (Educação) e Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), e deputados da confiança do governo, como o filho do presidente, Sarney Filho (PFL-MA), além dos principais líderes do PFL no Congresso. Os ministros começaram a articulação na última segunda-feira dentro do Palácio do Planalto.

candidato a presidente — exclamou Ana Vereina, de Juazeiro da Bahia.

No caminho até seu gabinete, a deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA), lhe pediu uma vaga na Comissão de Saúde, para contrapor-se "às multinacionais farmacêuticas". Covas resolveu na hora: "Tudo bem, você será suplente. Passa lá depois". Depois de um abraço e mais fotos, os prefeitos paulistas de Alto de Pirapora, João Abdalla, e Tatui, Joaquim Quevedo, saíram satisfeitos:

— É, o home é quente mesmo.

São "inegociáveis" para o PMDB a 1ª vicepresidência e 1ª secretaria da Mesa da Constituinte, garantiu o líder do partido, senador Mário Covas. O almoço de Covas com o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, não modificou essa decisão. Na véspera o líder do PMDB, depois de ouvir dos coordenadores estaduais das bancadas do PMDB que a posição era consensual, avisou: "Então muito bem. Mas convoquem todos para a reunião da bancada na quarta-feira pela manhã."

"Não há mais o que discutir nisso", diz, por exemplo, o deputado Jutahy Magalhães, coordenador da bancada baiana. Covas admite, no entanto, a chamada "globalização" da discussão. Isto significa que no momento de distribuição dos cargos pelas comissões, embora com a proporção para cada partido já definida e fora de novas negociações, poderá ocorrer uma composição política, com o PFL tendo uma compensação na qualidade das comissões.

O almoço com o senador Chiarelli, segundo o líder do PMDB, foi para "desobstruir os canais" de comunicação: "Somos colegas de parlamento. Não podemos ficar sem conversar nem ficar conversando por recados através da imprensa", disse Covas numa referência ao líder do PFL na Câmara, José Lourenço.

Maciel e Bornhausen se reuniram e comunicaram a decisão a Antônio Carlos Magalhães. Ali surgiu a idéia de reativar a Comissão de Assuntos Constitucionais do PFL para elaborar uma proposta constitucional de centro. Decidiu-se também fazer pressão em favor de nomes da mesma linha, mesmo do PMDB, para os cargos das comissões da Constituinte. Além disso, faz parte da estratégia desses ministros denunciar a atitude de Covas na organização dessas comissões.

Após a investida do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que, após encontro no Palácio do Planalto com Maciel e Bornhausen, ameaçou o PMDB com uma Constituinte paralela, outros parlamentares conservadores entraram em ação criticando Mário Covas. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse que não faz sentido entregar a maioria dos postos importantes a parlamentares de esquerda. "Eles não ganharam a eleição, o povo escolheu uma maioria de centro", explicou. E Sarney Filho criticou a forma de indicação de nomes para postos-chaves na Constituinte que está sendo adotada. "O PMDB não pode fazer sozinho todas as indicações", queixou-se.

PMDB indica nomes sem esperar PFL

Brasília — A liderança do PMDB resolveu não aguardar a solução do impasse criado pelo PFL e vai indicar imediatamente os seus representantes junto às grandes comissões e subcomissões na Constituinte. Ainda hoje o líder do partido, senador Mário Covas, fecha a lista dos nomes indicados para a Comissão de Ordem Econômica. O candidato mais forte ao cargo de relator é o senador Severo Gomes (SP). Covas avisou aos demais líderes partidários que não aceita vetos a nomes, da mesma forma que não vetará nenhuma indicação — o PFL não quer Severo no cargo.

Mário Covas está enfrentando muitas dificuldades para indicar parlamentares de seu partido para as comissões, pois há congestionamento de candidaturas em algumas delas — como as de Ordem Econômica, Sistematização e Ordem Social —, enquanto faltam candidatos a outras, como as de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e Organização de Estado. Ele está fazendo as composições em acordo com os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, deputado Luís Henrique e senador Fernando Henrique, deixando o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, mais distante das negociações.

Disputas

A mais importante das comissões, a de sistematização, tem apenas o seu presidente definido, o senador Afonso Arinos (PFL), além de ter como membros natos os presidentes e relatores das demais comissões. O cargo de relator está sendo disputado no PMDB por dois deputados, Pimenta da Veiga (MG) e Bernardo Cabral (AM), e pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

A comissão da Ordem Econômica tem se candidatado muitos constituintes ligados a grandes empreiteiras do país, que esperam ficar na Subcomissão da Questão Urbana e Transporte que tem 21 vagas. Segundo levantamento de um pedemebista, somente na bancada do PMDB de Minas há 23 parlamentares nessas condições. É na Comissão da Ordem Econômica, também, que os partidos desejam jogar alguns de seus pesos pesados em assuntos econômicos. O PDS deve indicar os ex-ministros Delfim Netto e Roberto Campos; e o PFL, Francisco Dornelles.

As esquerdas têm investido muito na Comissão de Ordem Social. O mais forte candidato a relator dessa comissão é o deputado Domingos Leonelli (BA), da esquerda independente do PMDB, que espera fazer cinco dos nove relatores e presidentes das comissões e 13 presidentes e relatores das 26 subcomissões.